DocuSign Envelope ID: 98FB5AF0-5CE0-49E7-800F-33AF13849E75

cesce
Seguros do seu sucesso

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Credito S.A

CNPJ/MF nº 29.959.459/0001-07

Na Cesce não vendemos apenas **seguros de crédito. Também damos segurança** à sua empresa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 *(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO*

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, elaborada na forma da legislação societária brasileira e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer dos auditores atuariais independentes. **Mensagem da Administração:** A CESCEBRASIL pretende manter-se como referência no mercado de seguros de Garantias, Crédito Interno e Crédito à Exportação. Em um mercado com enorme potencial de crescimento, principalmente no ramo de Seguro de Crédito, a Companhia segue inovando com produtos diferenciados do restante do mercado, os mesmos que também comercializa nos mercados da Europa e da América Latina e que tem demonstrado grande interesse por parte das empresas brasileiras e dos corretores. Com a instabilidade dos últimos anos que levou a uma enorme crise econômica, o seguro de crédito passa a ter grande relevância para os empresários, por se tratar de uma ferramenta importante de gestão e cobertura dos riscos de crédito, ajudando a eliminar os desequilíbrios causados pela crise. O ano de 2022 foi para a CESCEBRASIL um ano de crescimento e melhora no desempenho operacional, apesar da crise econômica dos últimos anos resultante dos impactos da Covid-19, guerra entre Rússia e Ucrânia e instabilidade política, os prêmios emitidos cresceram 18,0% em comparação a 2021. A CESCEBRASIL retornou suas atividades presenciais e mantém também a prática de *home office parcial. As* ferramentas de comunicação através de plataformas digitais continuam sendo utilizadas em nosso dia a dia. Nosso atendimento a segurados, corretores, seguradoras, resseguradoras e fornecedores continua normal em todos os nossos canais de comunicação, bem como nossos sistemas permanecem 100% operativos. **Cenário econômico e operacional:** O ano de 2022 foi marcado pela guerra entre Ucrânia e Rússia que provocou um desarranjo nas cadeias produtivas mundiais, que havia sido impactado pela pandemia da Covid-19, elevação do preço da gasolina até meados do ano, impactos no aumento de preços de alimentos e a eleição presidencial. Os juros Selic atingiram 13,75% a.a., após o processo de alta de juros mais longo da história do Comitê de Política Monetário (Copom) para conter a inflação que encerrou 2022 acima da meta, que auxilia na retomada de investimentos em aplicações de renda fixa. Este cenário de aumento da taxa Selic atrai os investidores estrangeiros do mercado brasileiro e uma outra consequência é o arrefecimento do dólar. A inflação (IPCA) acumulou 5,79% em 2022, acima da meta de 3,50% de acordo com o presidente do Banco Central (BC) devido principalmente, a inércia da inflação do ano anterior; elevação dos preços de commodities, em especial do petróleo; choques em preços de alimentação, resultantes de questões climáticas; desequilíbrios entre demanda e oferta de insumos e gargalos nas cadeias produtivas globais; e retomada na demanda de serviços e no emprego, impulsionada pelo acentuado declínio da quantidade de casos de covid-19 e consequente aumento da mobilidade. **Desempenho financeiro e operacional:** No exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, a Seguradora atingiu uma receita de Prêmios Emitidos de R$ 81,4 milhões, aumento de 18,0% em comparação aos R$ 69,0 milhões emitidos em 2021, principalmente no ramo de Crédito à Exportação que teve um aumento de 25,3% em relação ao ano anterior, devido ao aumento no volume de vendas/faturamentos declarados pelos nossos segurados. Os Prêmios Ganhos, brutos de resseguro, atingiram R$ 76,8 milhões, aumento de 16,6% em relação ao ano anterior. A sinistralidade ficou em 23,1%, 9,6pp superior ao ano anterior, devido a elevação da sinistralidade nos ramos de Crédito, porém, ainda em níveis bem baixo da média do setor nos últimos anos. O aumento da sinistralidade em 2022 se deve ao aumento do endividamento principalmente de pequenas e médias empresas que tiveram que recorrer a empréstimos com instituições financeiras durante a pandemia e estão tendo dificuldades para pagar as parcelas e suas obrigações, além do cenário internacional que afetou os negócios de vários setores no Brasil e no exterior. O comissionamento manteve-se estável em 12,7%, com essas variações, a Companhia encerrou o exercício de 2022 com um lucro líquido após os impostos de R$ 5.478 mil. Os investimentos estão sendo realizados dentro da política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração e pela matriz espanhola, sendo que a capacidade financeira está condizente com as normas legais e regulamentares previstas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A melhoria constante na nossa estrutura de auditoria interna, controles internos e procedimentos de *compliance* tornam nosso processo operacional eficaz e eficiente. **Perspectivas:** Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de soluções de seguros às empresas contra os riscos de falta de pagamento decorrentes das vendas dos seus produtos e da prestação de serviços, tanto no mercado interno como no externo, além de garantias de cumprimento de obrigações contratuais. Os nichos em que atuamos são identificados com base em conceitos de segmentação e diferenciação. A Companhia acredita que o mercado de Seguro de Crédito ainda apresenta baixa contratação em relação ao número de empresas existentes no país e também em comparação a outros países onde esse produto já é comercializado há mais tempo, como, por exemplo, o mercado europeu. Assim, apesar da situação econômica instável, e levando em consideração que o produto é uma ferramenta para ajudar na gestão da carteira de crédito das empresas, acreditamos que exista um vasto mercado a ser explorado. **Declaração de Capacidade Financeira:** Em atenção à Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, declaramos que a avaliação e o registro contábil de títulos e valores mobiliários são realizados com base na análise e no gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguros. A Seguradora em 31 de Dezembro de 2022 não possuía títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento". **Governança Corporativa:** A instância máxima de governança na Seguradora é o Conselho de Administração, que representa os controladores e determina as diretrizes estratégicas e as orientações principais para a atuação comercial, operacional e corporativa da CESCEBRASIL que são executadas pela Diretoria local. Dessa maneira, a condução das atividades operacionais tem uma gestão mais participativa entre a Diretoria, conselho e os respectivos gestores. O estatuto social da Seguradora assegura, aos Acionistas, dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do resultado do período são deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2022 foi aprovada a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Prejuízos Acumulados. **Agradecimentos:** A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. agradece a seus Acionistas, Segurados, Corretores, Resseguradores e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio dedicados à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**125.167**	**105.504**
Disponível	5	2.007	3.666
Caixa e bancos		2.007	3.666
Aplicações	6	41.148	31.236
Créditos das operações com seguros e resseguros		39.748	37.294
Prêmios a receber	7.1	35.118	31.126
Operações com seguradoras	7.1	63	16
Operações com resseguradoras	7.2	4.567	6.152
Outros créditos operacionais		71	43
Ativos de resseguro e retrocessão	8 e 15	34.344	27.887
Títulos e créditos a receber	9	2.379	211
Créditos a receber	21	1.962	–
Créditos tributários e previdenciários		364	145
Outros créditos		53	66
Custos de aquisição diferidos	10	5.470	5.167
Seguros		5.470	5.167
Não circulante		**32.638**	**31.416**
Realizável a longo prazo		28.862	27.360
Créditos das operações com seguros e resseguros		9.513	11.073
Prêmios a receber	7.1	9.513	11.073
Ativos de resseguro e retrocessão	8 e 15	14.474	12.628
Outros valores e bens		965	–
Outros valores	17	965	–
Custos de aquisição diferidos	10	3.910	3.659
Seguros		3.910	3.659
Investimentos	11	3.337	3.552
Participações societárias		3.333	3.548
Outros investimentos		4	4
Imobilizado		439	504
Bens móveis		439	496
Outras imobilizações		–	8
Total do ativo		**157.805**	**136.920**

Passivo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**96.883**	**83.794**
Contas a pagar	12	3.988	5.986
Obrigações a pagar		2.558	4.611
Impostos e encargos sociais a recolher		714	662
Encargos trabalhistas		591	558
Impostos e contribuições		125	155
Débitos das operações com seguros e resseguros		34.082	29.267
Prêmios a restituir		42	32
Operações com seguradoras		917	1.043
Operações com resseguradoras	13	29.130	24.764
Corretores de seguros e resseguros		3.977	3.284
Outros débitos operacionais		16	144
Depósito de terceiros	14	219	22
Provisões técnicas - seguros	15	58.194	48.262
Danos		58.194	48.262
Outros débitos		400	257
Provisões cíveis	16	–	257
Débitos Diversos	17	400	–
Não circulante		**33.356**	**31.038**
Contas a pagar	12	2.234	1.733
Obrigações a pagar		2.234	1.733
Débitos das operações com seguros e resseguros		7.793	9.260
Operações com resseguradoras	13	6.183	7.165
Corretores de seguros e resseguros		1.610	2.095
Provisões técnicas - seguros	15	22.644	19.925
Danos		22.644	19.925
Outros débitos		685	120
Débitos Diversos	17	565	–
Outras provisões		120	120
Patrimônio Líquido	18	**27.566**	**22.088**
Capital social		80.236	80.236
Prejuízos acumulados		(52.670)	(58.148)
Total do passivo e patrimônio líquido		**157.805**	**136.920**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	19.a, 19.c	81.421	69.019
Variações das provisões técnicas de prêmios	19.a, 19.d	(4.601)	(3.134)
Prêmios ganhos	19.a	**76.820**	**65.885**
Sinistros ocorridos	19.a,19.e	(17.715)	(8.871)
Custos de aquisição	19.a, 19.f	(9.754)	(8.356)
Outras receitas e despesas operacionais	19.g	(3.420)	(2.965)
Resultado com resseguro	19.h	(25.844)	(26.574)
Receita com resseguro		15.263	8.899
Despesa com resseguro		(41.107)	(35.473)
Despesas administrativas	19.i	(15.873)	(16.806)
Despesas com tributos	19.j	(3.179)	(2.550)
Resultado financeiro	19.k	4.536	1.231
Resultado patrimonial	11	1.747	1.691
Resultado operacional		**7.318**	**2.685**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		4	17
Resultado antes dos impostos e participações		**7.322**	**2.702**
Imposto de renda	20	(1.007)	(292)
Contribuição social	20	(627)	(206)
Participações sobre o resultado	22	(210)	(205)
Lucro líquido do exercício		**5.478**	**1.999**
Quantidade de ações	18.a	206.083.590	206.083.590
Lucro líquido por ação - em R$		0,03	0,01

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	5.478	1.999
Total do resultado abrangente do exercício	**5.478**	**1.999**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**80.236**	**(60.147)**	**20.089**
Lucro líquido do exercício	–	1.999	1.999
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**80.236**	**(58.148)**	**22.088**
Lucro líquido do exercício	–	5.478	5.478
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**80.236**	**(52.670)**	**27.566**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		5.478	1.999
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações		137	97
Redução ao valor recuperável dos ativos	19.g	264	(11)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.747)	(1.691)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível		(4)	(17)
Variação do custo de aquisição diferidos		(554)	(302)
Variação dos ativos de resseguro		(2.914)	(1.781)
Variação das provisões técnicas - seguros e resseguros		4.556	2.110
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		(9.912)	(2.867)
Créditos das operações com seguros e resseguros		(1.158)	(2.404)
Ativos de resseguro		(5.389)	1.016
Títulos e Créditos a receber		–	(18)
Créditos tributários e previdenciários		(219)	15
Outros créditos operacionais		(15)	411
Obrigações a pagar		(1.552)	3.738
Impostos e contribuições		1.818	504
Outras contas a pagar		33	(38)
Débitos de operações de seguros e resseguros		3.348	2.137
Depósitos de terceiros		197	(132)
Provisões técnicas - seguros e resseguros		8.095	(544)
Outros débitos		(257)	204
Caixa Gerado pelas operações		**205**	**2.426**
Impostos sobre o lucro, pagos		(1.796)	(432)
Caixa Líquido (Consumido)/Gerado nas Atividades Operacionais		**(1.591)**	**1.994**
Atividades de Investimento			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		4	–
Pagamento pela compra:			
Imobilizado		(72)	(404)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento		**(68)**	**(404)**
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(1.659)**	**1.590**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício	5	3.666	2.076
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício	5	2.007	3.666

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia" ou "Seguradora") é uma Seguradora de capital fechado, controlada pelo Consórcio Internacional de Asseguradores de Credito - CIAC (sediado em Madri, Espanha), cujo principal acionista é o Estado Espanhol, autorizada a atuar nos ramos de seguro de garantias, crédito interno e seguros de crédito à exportação, em todo território nacional, operando nos principais centros econômicos do País e está sediada na Alameda Santos, 787, conjunto 111, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP. O Grupo CESCE participa com 63,12% no capital do CIAC, é especializado na gestão integrada de risco comercial e seu principal acionista é o Estado Espanhol (com participação de 50,25%), tendo ainda participação acionária dos principais bancos e empresas Seguradoras da Espanha. O seu objeto social é prover seguro às empresas contra os riscos de falta de pagamento decorrentes das vendas dos seus produtos e da prestação de serviços, tanto no mercado interno como no externo, além de garantias de cumprimento de obrigações contratuais. A Seguradora tem por objeto social operar com seguros de danos em todo território nacional, sobretudo no grupo de ramos de Riscos Financeiros: • Crédito Interno; • Crédito à Exportação; • Garantia Segurado - Setor Público; e • Garantia Segurado - Setor Privado. A Seguradora está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras individuais, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi dada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2023. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do resultado abrangente e a demonstração dos fluxos de caixa da Seguradora, conforme legislação em vigor. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais, mantendo em ativo ou passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Seguradora (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. **2.2. Comparabilidade:** Na elaboração das presentes demonstrações financeiras individuais foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento "CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis". **2.3.Base para mensuração:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.4. Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Seguradora de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio. **2.5. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$000) e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor apurada na data de transação. As oscilações cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. **2.6. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras individuais e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Crédito das operações com seguros e resseguros; • Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas; • Provisões técnicas; e • Provisões judiciais. **2.7. Normas, alterações e interpretações de normas vigentes mas não referendadas e que não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:** CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) - Dentre as normas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se o Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A Susep emitiu a Circular nº 678 em 10 de outubro de 2022 onde no artigo 138 instrui sobre a aplicação do CPC 48, que entra em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024. A Companhia fará a avaliação de impacto até a entrada em vigor da norma. CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17) - O CPC 50 Contratos de Seguro foi publicada em maio de 2021 e estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Estas informações fornecem a base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos dentro do alcance do CPC 50 têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. O CPC 50 é vigente para os períodos anuais que se iniciem em ou após 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro - esclarece a aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta norma trata: (a) se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; (b) as premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; (c) como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e (d) como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras individuais. **3.1.Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros, com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez ou com baixo risco de variação no valor justo de mercado. **3.2. Ativos financeiros:** Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: • Valor justo por meio do resultado; • Mantidos até o vencimento; • Disponíveis para venda; e • Empréstimos e recebíveis. A Administração, por meio de sua Política de Investimentos Financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data de aquisição, considerando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. 3.2.1. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. 3.2.2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Seguradora tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. 3.2.3. Ativos financeiros disponíveis para venda: Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. 3.2.4. Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem as demais contas a receber. Todos os recebíveis são avaliados para identificar perda de seu valor recuperável a cada data de balanço. A Seguradora não possui empréstimos registrados no período de apresentação das demonstrações financeiras individuais. 3.2.5. Instrumentos financeiros derivativos: A Seguradora não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais, nem efetuou transações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício. 3.2.6. Determinação do valor justo: Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação e ajustados ao valor de mercado, calculado com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Anbima. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas

continua →★

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2023 | 22:19:44 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 98FB5AF0-5CE0-49E7-800F-33AF13849E75

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

pela Administração da própria Seguradora. O CPC 39 - Instrumentos financeiros, também requer a divulgação dos ativos por níveis, que estão relacionados à precificação do valor justo de cada ativo (Vide Nota Explicativa nº 6), sendo eles: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável. 3.2.7. Recuperabilidade de ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda. A perda mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor na data base, menos quaisquer perdas registradas previamente, é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do período. 3.2.8. Redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros: Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. A Seguradora não possui ativos sem vida útil estimada. **3.3.Composição de ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante aos segurados. Os passivos são compostos, basicamente, por prêmios de resseguros cedidos, líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função de ocorrências de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes. Compreendem ainda, os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado. Para operações com resseguradoras a Seguradora avalia a constituição de provisões para a redução ao valor recuperável para os sinistros pagos e pendentes de recuperação de acordo com o estabelecido na Circular Susep 648/2021. A Seguradora não tem constituído provisões para a redução ao valor recuperável para os sinistros pagos e pendentes de recuperação, uma vez que as prestações de contas ocorrem trimestralmente e visto que não há histórico de inadimplência com os resseguradores. Caso seja identificada alguma chance de não recebimento, a administração da Seguradora avaliará a necessidade de se constituir uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro, considerando evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável, independentemente do prazo de 180 dias estabelecido na Circular SUSEP 648/2021. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço de forma individualizada. **3.4. Investimentos:** Os investimentos em participações societárias são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **3.5. Ativo imobilizado de uso próprio:** O custo do ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos e é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil fiscal, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **3.6. Intangível:** *Softwares e licenças de uso:* Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de *softwares* ou sistemas de informática, cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento incluem custos de pessoal de informática, custos de empréstimos obtidos junto a agentes financiadores e custos pagos a terceiros, incrementais, para tal desenvolvimento. Os custos com planejamento, definição de *hardware*, especificações de *software*, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que varia entre três a sete anos, a partir da data em que o sistema entra em operação. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estavam totalmente amortizados. **3.7. Classificação dos contratos de seguros e de investimento:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. **3.8. Mensuração dos contratos de seguro:** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "*pro rata temporis*" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. Redução ao valor recuperável de ativos - Prêmios de Seguros: A Seguradora constitui redução do valor recuperável de prêmios a receber direto e de cosseguros aceitos através de estudo técnico baseado em histórico de cancelamentos de prêmios por inadimplência (dados a partir de 1 de janeiro de 2017) para os prêmios a receber direto e histórico de inadimplência com as congêneres. A Seguradora atualiza/revisa este estudo técnico na data base 31 de dezembro, quando da elaboração das demonstrações financeiras individuais. **3.9. Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelas resseguradoras. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro incluem saldos a receber de resseguradoras relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas das resseguradoras nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar às resseguradoras são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos. **3.10. Custos de aquisição diferidos:** Compreende as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **3.11. Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, Prestadores de Serviços, impostos e contribuições e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente no caso dos impostos e contribuições ao valor calculado para pagamento e para os demais reconhecidos com base nos custos dos serviços contratados e/ou utilizados. **3.12. Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As provisões técnicas aplicáveis à Seguradora no período de apresentação das demonstrações financeiras individuais estão assim resumidas: A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas aos riscos vigentes na data base do cálculo. A PPNG também representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data base de constituição, pelo método "pro rata dia" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes, porém não emitidos na data base de cálculo. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora está em consonância com a Resolução CNSP Nº 321/2015 e a Circular SUSEP Nº 648/2021, e encontra-se descrita em Nota Técnica Atuarial. Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consiste na aplicação de percentuais médios apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses sobre a PPNG do mês de referência. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa das indenizações devidas ou valor determinado na apólice e liquidação de sinistro. É determinada com base nos avisos de sinistros recebidos e atualizada monetariamente nos termos da legislação. Os valores a serem ressarcidos por conta do resseguro são reconhecidos simultaneamente à constituição da PSL e apresentados no ativo circulante na rubrica "Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões Técnicas". A mensuração da estimativa de PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNeR, que é constituído a partir de metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial baseada em critério estatístico-atuarial conhecido como triângulo de run-off, que considera o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. Na data base de 31/12/2022, não há constituição de IBNeR pela Seguradora, uma vez que os testes de consistência não apontaram necessidade de ajuste da PSL. Contudo, quando aplicável, os triângulos de run-off serão elaborados individualmente para cada ramo e terão como base os últimos 60 meses de dados disponíveis no momento da sua construção. No triângulo, os dados serão agrupados em períodos mensais. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) tem como objetivo provisionar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, e é obtida através de um processo estatístico-atuarial que utiliza a experiência da seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das despesas relacionadas aos sinistros - alocadas individualmente e despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis, das "despesas avisadas, mas não liquidadas" e "despesas ocorridas e não avisadas" A Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (também conhecida como "IBNR - Incurred But Not Reported") visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da Seguradora. Em atendimento aos normativos vigentes, a Seguradora possui uma metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial, baseada fundamentalmente na construção dos triângulos de run-off, a qual é aplicada somente aos ramos Crédito Interno (0748) e Crédito à Exportação (0749). Para os demais ramos operados pela seguradora, a provisão de IBNR é atualmente obtida através dos resultados médios observados nos testes de consistência da provisão. Cabe destacar que é realizado monitoramento trimestral da evolução da provisão e, caso constatada alguma inadequação, a Companhia tomará as devidas providências para corrigir o valor constituído, utilizando-se do critério técnico que julgar mais adequado. Os triângulos de run-off são elaborados individualmente para cada ramo mencionado acima e tem como base os últimos 60 meses de dados disponíveis no momento de sua construção. No triângulo, os dados são agrupados em períodos trimestrais. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação dos Passivos. Com base nos valores estimados no estudo do TAP de data base 31/12/2022, a PCC é nula. **3.13. Teste de adequação dos passivos (TAP - ou "LAT"):** Conforme disposto na Circular SUSEP Nº 648/2021, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras individuais e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 648/2021, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos do grupo de Danos. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de dezembro de 2022, descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), pré-fixada e cambial, com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidades aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2022 foram, em média, de 33,00%, para o ramo 0748 - Crédito Interno, e de 12,00%, para os demais ramos de Danos operacionalizados pela Seguradora. Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. realizado para a data base de 31/12/2022, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 648/2021. **3.14. Direito de uso - Adoção CPC 06 (R2):** O CPC 06 (R2) - Arrendamentos consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Antes da edição do CPC 06 as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam. Os ativos de direito de uso (alugueis de imóveis) foram mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Seguradora alterar sua avaliação se exercerá uma opção de extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **3.15. Benefícios a empregados:** Benefícios de curto prazo: Compreendem os ordenados, salários e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, participação nos lucros de acordo com o sindicato da categoria, gratificações e benefícios não monetários. Estes benefícios são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período na medida em que são incorridos. Benefícios por desligamento: Adicionalmente, a Seguradora concede benefícios de seguro saúde para funcionários desligados por prazo determinado na convenção sindical, sendo: a) por mais 30 dias com até 5 anos de trabalho na mesma empresa; b) por mais 60 dias com mais de 5 e até 10 anos de trabalho na mesma empresa; c) por mais 90 dias com mais de 10 anos de trabalho na mesma empresa. **3.16. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes relacionados à Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial são avaliados para provisão de perda independente do pronunciamento técnico CPC 25, mas sim utilizando-se como base o CPC 11 sobre a definição de um contrato de seguro e a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **3.17. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável conforme Lei nº 13.169/2015 e de 16% para o período de agosto a dezembro de 2022 conforme Lei nº 14.446/2022 (20% para o período de julho a dezembro de 2021 conforme Medida Provisória 1.034/2021). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação nas demonstrações financeiras individuais. A Seguradora não foi impactada com a majoração temporal da CSLL a 16% (20% em 2021) devido não ter crédito tributário diferido registrado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. **3.18. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas financeiras abrangem as receitas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, receitas de juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado. **3.19. Participações sobre o resultado:** O valor das participações dos funcionários no resultado do período é provisionado por estimativa, baseada no plano de distribuição de participações de resultados da Seguradora, homologado pelo sindicato da categoria. **4. Gerenciamento de riscos:** A Seguradora está, de forma geral, exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros e atua conforme os requerimentos da Resolução CNSP nº 416 de 2021: • Risco de crédito; • Risco financeiros (mercado e liquidez); • Risco de seguro; e • Risco de capital. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. A Seguradora também incorre riscos relacionados à oscilação cambial da moeda dólar americano. Em 31 de dezembro de 2022 possuía exposição líquida passiva de aproximadamente USD 253 mil (Em 31 de dezembro de 2021 exposição líquida passiva de USD 139 mil), decorrente de suas operações normais de seguros (líquidas das parcelas de resseguro) e saldo em conta corrente em moeda estrangeira. Estrutura de gerenciamento de riscos: A estrutura de gerenciamento de riscos visa o cumprimento e adequações às normas internas e externas, dispondo de mecanismos que mitigam os riscos da Seguradora. A Seguradora detém em sua estrutura políticas e procedimentos que visam o gerenciamento de riscos. A estrutura existente é adequada aos riscos a que a Seguradora encontra-se exposta e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados. A Seguradora mantém uma estrutura de Gerenciamento de Risco que mantém reporte imediato junto à Diretoria da Seguradora e com a Matriz, assim como ao Conselho de Administração e que tem como objetivo auxiliar a administração na revisão e na discussão de informações acerca do gerenciamento dos riscos empresariais, incluindo as políticas, procedimentos, práticas e reportes com relação aos riscos de subscrição, crédito, investimento, operacional e de liquidez, assim como a aderência da Seguradora com os requerimentos legais e regulatórios. **4.1. Gestão de risco de crédito:** A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida (e considerada como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Seguradora opera apenas na carteira de transporte na modalidade riscos decorridos. Para os créditos das operações com seguros é constituída, quando necessária, a provisão para redução ao valor recuperável conforme mencionado na Nota 7.1. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e demais recebíveis detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, distribuídos por rating de crédito fornecidos pelas agências classificadoras de risco, disponibilizado de forma consolidada pela Itaú Asset e pela BRAM (Bradesco Asset Management). A carteira de investimentos é composta por títulos públicos federais com risco de crédito associado à escala nacional de risco da União (ou risco soberano equivalente à "BB-", conforme classificação da Fitch em 2022 e Standard & Poor's em 2021).

	31 de dezembro de 2022			
	A-/A+/ AA/AA-/AA+	BB / BB-	Sem rating (*)	Total
	–	1.993	14	2.007
Caixa	–	–	14	14
Bancos	–	1.993	–	1.993
Ao valor justo por meio do resultado	**–**	**41.148**	**–**	**41.148**
Letras financeiras do tesouro - LFT	–	41.148	–	41.148
Empréstimos e demais recebíveis	**1.922**	**–**	**49.372**	**51.294**
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.922	–	47.339	49.261
Outros créditos operacionais	–	–	71	71
Títulos e créditos a receber	–	–	1.962	1.962
Total do circulante e não circulante	**1.922**	**43.141**	**49.386**	**94.449**

	31 de dezembro de 2021			
	A-/A+/ AA/AA-/AA+	BB / BB-	Sem rating (*)	Total
	–	3.648	18	3.666
Caixa	–	–	18	18
Bancos	–	3.648	–	3.648
Ao valor justo por meio do resultado	**–**	**31.236**	**–**	**31.236**
Letras financeiras do tesouro - LFT	–	31.236	–	31.236
Empréstimos e demais recebíveis	**2.924**	**–**	**45.486**	**48.410**
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.924	–	45.443	48.367
Outros créditos operacionais	–	–	43	43
Total do circulante e não circulante	**2.924**	**34.884**	**45.504**	**83.312**

(*) Os ativos classificados na categoria "Sem *rating*" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais. **4.2. Gestão de riscos financeiros:** A Seguradora define risco financeiro como risco de mercado e risco de liquidez. Esses riscos surgem de posições mantidas em instrumentos financeiros, que na Seguradora são subtstancialmente representados por títulos de fixa públicos, com oscilações de taxa de juros. **Risco de Mercado:** risco de taxa de juros é o risco de mercado ao qual a Companhia está mais exposta. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos, que estão indexados à variação da SELIC. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente macroeconômico. Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curto e longo prazos. **Risco de Liquidez:** A Seguradora define como a possibilidade de não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios, e pela contingência que a Companhia incorre em perdas excessivas devido à venda de ativos e à realização das operações, com o fim de alcançar a liquidez necessária para poder cumprir com as suas obrigações, ou com a perda em que incorre a Seguradora pelo não pagamento das suas obrigações, como consequência de comportamentos deficitários em seu fluxo de caixa. **Exposição ao risco de liquidez:** A Seguradora limita o risco de liquidez pela gestão do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os seus passivos, onde são utilizados inclusive métodos atuariais para estimar as obrigações oriundas das operações de seguros. A Seguradora avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos, se necessário. A Seguradora adota a política de manter seus ativos em investimentos cuja liquidez seja imediata e que não resultem em perdas significativas. Consequentemente, a Seguradora tem o compromisso de honrar os passivos de seguros e passivos financeiros até o vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração da Seguradora monitora suas posições assumidas e sua carteira de investimentos. A Seguradora possui política de Investimentos aprovada pelo Grupo Cesce com os limites de aplicação e diversificação. A Seguradora avalia mensalmente o seu nível de liquidez avaliando: (i) a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas; (ii) casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos; e (iii) índice de solvência determinado como nível de apetite de risco na política de Gestão de Riscos da Seguradora, onde é definido pelo Conselho de Administração do Grupo Cesce: Índice de solvência: a) Zona Crítica: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) abaixo de 100%; b) Zona de Vigilância: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) entre 100% e 200%; c) Zona de Segurança: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) acima de 200%. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Seguradora está classificada na zona de segurança, de acordo com a política de gestão de riscos:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido Ajusto - PLA (vide nota 18.c)	24.229	18.536
Capital mínimo requerido (CMR)	8.100	8.100
Índice de solvência (PLA/CMR)	**299,1%**	**228,8%**

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros da Seguradora, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2023 | 22:20:02 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 98FB5AF0-5CE0-49E7-800F-33AF13849E75

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Ativos						
Caixa e bancos	2.007	–	–	3.666	–	–
Títulos de renda fixa	9.556	15.664	15.928	9.894	5.218	16.124
Prêmios a receber	35.118	5.045	4.468	31.126	4.529	6.544
Créditos das operações com seguros e resseguros	4.630	–	–	6.168	–	–
Títulos e créditos a receber	2.379	–	–	211	–	–
Total dos ativos	**53.690**	**20.709**	**20.396**	**51.065**	**9.747**	**22.668**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Passivos						
Contas a pagar	3.988	–	2.234	5.986	–	1.733
Comissões a pagar	3.977	819	791	3.284	908	1.187
Débitos das operações com seguros e resseguros	30.063	3.279	2.904	25.951	2.910	4.255
Prêmios a restituir	42	–	–	32	–	–
Provisões técnicas de seguros	58.194	12.040	10.604	48.262	10.475	9.450
Outros débitos	–	–	120	257	–	120
Total dos passivos	96.264	16.138	16.556	83.772	14.293	16.745

Os títulos de renda fixa incluem R$41.148 (2021 - R$31.236) de Títulos Públicos (Letras Financeiras do Tesouro) que possuem liquidez imediata. As provisões técnicas registradas em curto prazo estão suficientemente cobertas pelos títulos públicos, conforme mencionado na Nota 15.3. A Seguradora mantém os títulos públicos com vencimentos superiores a 365 dias, porém estão classificados como "Ao valor justo por meio do resultado", podendo ser resgatados a qualquer momento para cumprir com os compromissos de curto prazo. A política de gestão de riscos financeiros tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. A Seguradora optou por minimizar o risco de crédito das contrapartes, pela escolha de ativos de baixíssimo risco, sendo que atualmente a carteira de investimentos é composta integralmente por títulos públicos federais. A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do período e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

4.2.1. Análise de sensibilidade financeira da Seguradora

31 de dezembro de 2022	Valorização em 2,0% na SELIC/CDI		Desvalorização em 2,0% na SELIC/CDI	
Título	**Impacto no Resultado**	**Impacto no Patrim. Líquido**	**Impacto no Resultado**	**Impacto no Patrim. Líquido**
Letras financeiras do tesouro - LFT	707	424	(707)	(424)
Total	**707**	**424**	**(707)**	**(424)**

31 de dezembro de 2021	Valorização em 0,25% na SELIC/CDI		Desvalorização em 0,25% na SELIC/CDI	
Título	**Impacto no Resultado**	**Impacto no Patrim. Líquido**	**Impacto no Resultado**	**Impacto no Patrim. Líquido**
Letras financeiras do tesouro - LFT	619	372	(619)	(372)
Total	**619**	**372**	**(619)**	**(372)**

Os resultados destas análises são utilizados para gestão desses riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstos para períodos futuros e a Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **4.3. Gestão do risco de seguro:** Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o risco de seguro apresenta características de aleatoriedade e sua previsibilidade é baseada em técnicas estatístico-atuariais. Como parte de sua política de gestão de riscos, a Seguradora possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Administração entende que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. A Administração da Seguradora age ativamente sobre a gestão dos passivos de contratos de seguros, definindo políticas operacionais e efetuando análises de situações que exigem alto grau de julgamento acerca da liquidação de sinistros específicos e sobre a avaliação dos saldos provisionados para fazer frente aos passivos de contratos de seguros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de qualidade, de forma que o resultado adverso desses eventos seja minimizado. Os fatores que minimizam a volatilidade do risco de seguro incluem a diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e o tipo de indústria. **• Segmento de seguros de garantias:** O seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixada na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, adiantamentos, inexecução dentro do prazo acordado, fornecimento e prestação de serviços, até o valor da garantia fixado na apólice. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro, os valores das multas e indenizações devidos à Administração Pública, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 80 da Lei nº 8.666/93. A avaliação dos riscos no seguro garantia consiste na avaliação do tomador, exigindo que esse não apresente problemas financeiros no presente e no futuro para cumprir com suas obrigações de execução ou pagamento. Em todas avaliações são observadas capacidade patrimonial e de geração de lucros, a liquidez e solvência dos tomadores. A avaliação é realizada com base nos dados mantidos pela Seguradora os quais foram obtidos através de diferentes fontes de informações, tais como agências de informações, bancos, câmaras de comércio, informações gerais do mercado, etc. **• Segmento de seguros de crédito:** A gestão dos limites de crédito concedidos é realizada através da análise das informações constantes em base de dados e informações da Seguradora, sendo que os principais focos da avaliação são: liquidez, solvência, risco moral/reputacional e capacidade de geração de resultado. As informações são obtidas através de agências de informações, câmaras de comércio e informações gerais, sendo que a Seguradora monitora a posição desses devedores e tomadores periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira atualizada está adequada para a manutenção dos limites concedidos. A capacidade financeira dos segurados/tomadores é reavaliada periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira não se deteriorou de forma significativa desde a emissão dos limites de créditos vigentes. O quadro abaixo demonstra a segmentação dos prêmios de seguros das carteiras, por percentual ressegurado:

	31 de dezembro de 2022			
Composição por segmento	**Prêmios emitidos líquidos**	**Parcela resseg.**	**Prêmios retidos**	**% Prêmios retidos pela Seguradora**
Crédito Interno	41.044	(27.028)	14.016	34,1%
Crédito a Exportação	17.448	(11.671)	5.777	33,1%
Garantia-Segurado Setor Público	21.142	(20.784)	358	1,7%
Garantia-Segurado Setor Privado	1.787	(1.681)	106	5,9%
Total	**81.421**	**(61.164)**	**20.257**	**24,9%**

	31 de dezembro de 2021			
Composição por segmento	**Prêmios emitidos líquidos**	**Parcela resseg.**	**Prêmios retidos**	**% Prêmios retidos pela Seguradora**
Crédito Interno	36.053	(23.266)	12.787	35,5%
Crédito a Exportação	13.922	(9.552)	4.370	31,4%
Garantia-Segurado Setor Público	18.254	(17.697)	557	3,1%
Garantia-Segurado Setor Privado	790	(763)	27	3,4%
Total	**69.019**	**(51.278)**	**17.741**	**25,7%**

O quadro abaixo demonstra como os prêmios emitidos estão distribuídos por região:

	31 de dezembro de 2022					
Composição por segmento	**Norte**	**Nordeste**	**Centro-oeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Total Geral**
Crédito Interno	450	119	726	30.075	9.674	41.044
Crédito a Exportação	–	421	–	11.587	5.440	17.448
Garantia-Segurado Setor Público	7	6.280	656	13.005	1.194	21.142
Garantia-Segurado Setor Privado	–	6	–	717	1.064	1.787
Total	**457**	**6.826**	**1.382**	**55.384**	**17.372**	**81.421**

	31 de dezembro de 2021					
Composição por segmento	**Norte**	**Nordeste**	**Centro-oeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Total Geral**
Crédito Interno	538	128	391	23.948	11.048	36.053
Crédito a Exportação	–	502	26	8.927	4.467	13.922
Garantia-Segurado Setor Público	38	1.618	210	15.809	579	18.254
Garantia-Segurado Setor Privado	–	7	–	744	39	790
Total	**576**	**2.255**	**627**	**49.428**	**16.133**	**69.019**

4.3.1. Análise de sensibilidade - sinistros: O quadro abaixo demonstra os impactos no patrimônio líquido e resultado, decorrentes de uma piora e/ou melhora nos sinistros ocorridos na Seguradora:

(i) Bruto de resseguro

31 de dezembro de 2022	Piora		Melhora	
	10 p.p.	**20 p.p.**	**10 p.p.**	**5 p.p.**
Prêmios ganhos	76.820	76.820	76.820	76.820
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	(19.487)	(21.258)	(15.944)	(16.829)
Índice de sinistralidade	25,4%	27,7%	20,8%	21,9%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(1.772)	(3.543)	1.772	886
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(1.063)	(2.126)	1.063	531

31 de dezembro de 2021	Piora		Melhora	
	10 p.p.	**20 p.p.**	**10 p.p.**	**5 p.p.**
Prêmios ganhos	65.885	65.885	65.885	65.885
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	(9.758)	(10.645)	(7.984)	(8.427)
Índice de sinistralidade	14,8%	16,2%	12,1%	12,8%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(887)	(1.774)	887	444
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(532)	(1.065)	532	266

(ii) Líquido de resseguro

31 de dezembro de 2022	Piora		Melhora	
	10 p.p.	**20 p.p.**	**10 p.p.**	**5 p.p.**
Prêmios ganhos	19.654	19.654	19.654	19.654
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	(6.841)	(7.463)	(5.597)	(5.908)
Índice de sinistralidade	34,8%	38,0%	28,5%	30,1%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(622)	(1.244)	622	311
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(373)	(746)	373	187

31 de dezembro de 2021	Piora		Melhora	
	10 p.p.	**20 p.p.**	**10 p.p.**	**5 p.p.**
Prêmios ganhos	17.377	17.377	17.377	17.377
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	(3.703)	(4.039)	(3.029)	(3.198)
Índice de sinistralidade	21,3%	23,2%	17,4%	18,4%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(337)	(673)	337	168
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(202)	(404)	202	101

Limitações da análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade anteriormente apresentadas não são lineares, sendo que impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida em que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **4.4. Gestão de risco de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras será o maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora executa a gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico e comitês de planejamento financeiro e orçamentário. O capital adicional para risco de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, são calculados conforme definido em normas e legislações vigentes, publicadas pela Superintendência de Seguros Privados. Visando a adoção das melhores práticas de gestão de risco, a Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, como demonstrado na Nota 18 c.

5. Disponível	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa	14	18
Bancos	1.993	3.648
Caixa e bancos	**2.007**	**3.666**

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Seguradora não detinha nenhum item de caixa classificado como "caixa restrito", bem como itens de caixa dados como garantias a terceiros.

6. Aplicações: a) A composição e hierarquia das aplicações financeiras estão representadas no quadro abaixo:

						31 de dezembro de 2022		
Títulos	**Nível**	**De 1 a 90 dias**	**De 181 a 365 dias**	**acima de 365 dias**	**Sem vencimento**	**Valor contábil/ mercado**	**Valor de Curva**	**%**
Ao valor justo por meio do resultado								
Letras financeiras do tesouro - LFT (*)	1	2.184	7.372	31.592	–	41.148	41.098	100,0%
Total		**2.184**	**7.372**	**31.592**	**–**	**41.148**	**41.098**	**100,0%**
Circulante						**41.148**		

						31 de dezembro de 2021		
Títulos	**Nível**	**De 1 a 90 dias**	**De 181 a 365 dias**	**acima de 365 dias**	**Sem vencimento**	**Valor contábil/ mercado**	**Valor de Curva**	**%**
Ao valor justo por meio do resultado								
Letras financeiras do tesouro - LFT (*)	1	5.885	4.009	21.342	–	31.236	31.221	100,0%
Total		**5.885**	**4.009**	**21.342**	**–**	**31.236**	**31.221**	**100,0%**
Circulante						**31.236**		

(*) O valor de mercado dos títulos públicos, classificados como "Ao valor justo por meio do resultado", foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, informado pela Anbima, por meio do seu site. Durante o exercício, não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não haviam contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Seguradora. b) Movimentação das aplicações

Títulos	**Saldo em 31/12/2021**	**Aplicações**	**Resgates**	**Rendimentos**	**Saldo em 31/12/2022**
Ao valor justo por meio do resultado					
Letras financeiras do tesouro - LFT	31.236	24.339	(18.665)	4.238	41.148
Total dos ativos	**31.236**	**24.339**	**(18.665)**	**4.238**	**41.148**

Títulos	**Saldo em 31/12/2020**	**Aplicações**	**Resgates**	**Rendimentos**	**Saldo em 31/12/2021**
Ao valor justo por meio do resultado					
Letras financeiras do tesouro - LFT	28.369	28.881	(27.400)	1.386	31.236
Total dos ativos	**28.369**	**28.881**	**(27.400)**	**1.386**	**31.236**

7. Créditos das operações com seguros e resseguros: 7.1. Prêmios a receber e operações com seguradoras: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito e estão apresentados líquidos da provisão para perda ao valor recuperável. a) Composição dos prêmios a receber por ramo de seguro:

		31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
Ramo	**Média de parcelas**	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**
Crédito Interno	3	21.938	(1.047)	20.891	16.200	(242)	15.958
Crédito a Exportação	2	6.609	(78)	6.531	7.341	–	7.341
Garantia-Segurado Setor Público	1	16.883	–	16.883	18.854	(4)	18.850
Garantia-Segurado Setor Privado	1	326	–	326	50	–	50
		45.756	**(1.125)**	**44.631**	**42.445**	**(246)**	**42.199**
Circulante				**35.118**			**31.126**
Não Circulante				**9.513**			**11.073**

b) Composição das operações com seguradoras: O saldo de operações com seguradoras a receber é composto de prêmios vencidos.

		31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
Ramo	**Média de parcelas**	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**
Garantia-Segurado Setor Público	3	63	–	63	23	(7)	16
		63	**–**	**63**	**23**	**(7)**	**16**
Circulante				**63**			**16**

c) Movimentação dos prêmios a receber (direto e cosseguro aceito): O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 1º de janeiro a 31 de dezembro:

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios Pendentes no Inicio do Exercício	**42.215**	**40.487**
(+) Prêmios emitidos	90.307	72.763
(+) IOF	2.664	2.664
(–) Prêmios cancelados	(6.335)	(1.197)
(–) Recebimentos	(85.168)	(73.522)
(+) Prêmios - riscos vigentes não emitidos	1.912	291
(+/–) Oscilação cambial	(29)	482
(+/–) Constituição/Reversão de provisão para perda	(872)	247
Prêmios Pendentes no Final do Exercício	**44.694**	**42.215**

d) Composição dos prêmios a receber (direto e cosseguro aceito) por decurso de prazo:

	31 de dezembro de 2022		
Aging List	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável**	**Saldo contábil**
A vencer (i)	43.263	(204)	43.059
Vencidos - 1 a 30 dias	1.300	–	1.300
Vencidos - 31 a 60 dias	197	(55)	142
Vencidos - 61 a 120 dias	405	(401)	4
Vencidos - 121 a 180 dias	339	(150)	189
Vencidos - 181 a 365 dias	73	(73)	–
Vencidos - mais de 365 dias	242	(242)	–
Total	**45.819**	**(1.125)**	**44.694**

	31 de dezembro de 2021		
Aging List	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável**	**Saldo contábil**
A vencer (i)	41.811	–	41.811
Vencidos - 1 a 30 dias	312	–	312
Vencidos - 31 a 60 dias	92	–	92
Vencidos - 61 a 120 dias	11	(11)	–
Vencidos - 121 a 180 dias	–	–	–
Vencidos - 181 a 365 dias	–	–	–
Vencidos - mais de 365 dias	242	(242)	–
Total	**42.468**	**(253)**	**42.215**

(i) O saldo referente à Provisão para Prêmios de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (RVNE) no valor de R$ 15.729 (2021 - R$ 13.816) foi calculado conforme descrito na Nota 3.12 e alocado na faixa "A vencer ", uma vez que a RVNE, por sua natureza, não possui abertura analítica por vencimento. **7.2. Operações com resseguradoras:** As operações com resseguradoras contemplam sinistros a recuperar e outros créditos operacionais, cuja expectativa de recuperação é inferior a 90 dias. Os sinistros a recuperar contemplam os sinistros pagos pendentes de recebimento.

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
Evento	**Local**	**Admitida**	**Eventual**	**Total**	**Local**	**Admitida**	**Eventual**	**Total**
Sinistros	3.936	506	125	**4.567**	4.976	1.176	–	**6.152**
	3.936	**506**	**125**	**4.567**	**4.976**	**1.176**	**–**	**6.152**

8. Ativos de resseguros e retrocessão	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios diferidos - PPNG	31.656	29.652
Prêmios diferidos - RVNE	3.803	2.995
Sinistros IBNR	2.507	2.527
Sinistros pendentes de pagamento	8.875	3.560
Provisão despesas relacionadas	1.977	1.781
	48.818	**40.515**
Circulante	**34.344**	**27.887**
Não circulante	**14.474**	**12.628**

	Prêmios diferidos - PPNG	**Prêmios diferidos - RVNE**	**Sinistros IBNR**	**Sinistros pendentes de pagamento**	**Provisão despesas relacionadas**	**Total**
Saldo em 31/12/2021	**29.652**	**2.995**	**2.527**	**3.560**	**1.781**	**40.515**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	61.164	–	–	–	–	61.164
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(59.160)	–	–	–	–	(59.160)
(+) Sinistros avisados	–	–	–	19.363	421	19.784
(+/–) Ajuste de estimativa/ atualização monetária	–	808	(20)	(6.469)	(18)	(5.699)
(–) Pagamento de sinistros	–	–	–	(7.579)	(207)	(7.786)
Saldo em 31/12/2022	**31.656**	**3.803**	**2.507**	**8.875**	**1.977**	**48.818**

	Prêmios diferidos - PPNG	**Prêmios diferidos - RVNE**	**Sinistros IBNR**	**Sinistros pendentes de pagamento**	**Provisão despesas relacionadas**	**Total**
Saldo em 31/12/2020	**27.761**	**3.004**	**3.165**	**4.464**	**1.356**	**39.750**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	51.278	–	–	–	–	51.278
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(49.387)	–	–	–	–	(49.387)
(+) Sinistros avisados	–	–	–	18.845	333	19.178
(+/–) Ajuste de estimativa/ atualização monetária	–	(9)	(638)	(10.959)	358	(11.248)
(–) Pagamento de sinistros	–	–	–	(8.790)	(266)	(9.056)
Saldo em 31/12/2021	**29.652**	**2.995**	**2.527**	**3.560**	**1.781**	**40.515**

8.1. Prêmios de resseguro diferidos - PPNG subdivididos em classes e ratings: Abaixo demonstramos a relação das resseguradoras por classe e por rating divulgados pelas agências classificadoras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
Rating (i)	**Local**	**Admitida**	**Eventual**	**Total**	**Local**	**Admitida**	**Eventual**	**Total**
A-/ A+/AA/AA-/AA+	1.530	13.058	2.781	17.369	1.340	12.261	4	13.605
Sem rating	14.287	–	–	14.287	16.047	–	–	16.047
	15.817	**13.058**	**2.781**	**31.656**	**17.387**	**12.261**	**4**	**29.652**

(i) Ratings obtidos no sitio das resseguradoras e agências classificadoras.

9. Títulos e créditos a receber, incluindo créditos tributários e previdenciários

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos de PIS e COFINS diferido (*)	201	106
Outros créditos tributários	163	39
Valores a receber - Cesce Serviços (nota 21)	1.962	–
Outros créditos	53	66
Circulante	**2.379**	**211**

(*) A Seguradora contabiliza créditos tributários de Pis e Cofins (Pis/Cofins Diferido), decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão de sinistros a liquidar, que serão deduzidos da base de cálculo de PIS e Cofins quando do seu efetivo pagamento.

10. Custos de aquisição diferidos: Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros.

a) Composição dos custos de aquisição diferidos originados de contratos de seguros:

	Vigência média das apólices (dias)	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Crédito Interno	390	1.596	1.424
Crédito à Exportação	367	971	1.033
Garantia Segurado - Setor Público	1200	6.632	6.204
Garantia Segurado - Setor Privado	743	181	165
		9.380	**8.826**
Circulante		**5.470**	**5.167**
Não circulante		**3.910**	**3.659**

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	Comissão	**Comissão - RVNE**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8.056**	**770**	**8.826**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	10.338	–	10.338
(+/–) Constituições/Reversões/Diferimento	(9.997)	213	(9.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**8.397**	**983**	**9.380**

	Comissão	**Comissão - RVNE**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**7.718**	**806**	**8.524**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	8.631	–	8.631
(+/–) Constituições/Reversões/Diferimento	(8.293)	(36)	(8.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8.056**	**770**	**8.826**

Os custos de aquisição diferido diretamente relacionados a contratos de seguros são considerados no teste de adequação dos passivos de seguros, de acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

11. Investimentos	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Participações societárias:		
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. (*)	3.333	3.333
Ações Seguradora Líder S.A. (**)	–	215
Outros investimentos:		
Obras de arte	4	4
Não Circulante	**3.337**	**3.552**
Resultado Patrimonial:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda.	1.962	1.745
Ações Seguradora Líder S.A. (**)	(215)	(54)
Total	**1.747**	**1.691**

(*) A controlada presta serviços de análise de crédito e monitoramento dos clientes dos segurados dos ramos de crédito, que possuem apólices vigentes na Seguradora.
(**) Em 2022 a Seguradora realizou a provisão para desvalorização de 100% do valor de suas ações na Seguradora Líder S.A.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2023 | 22:20:20 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 98FB5AF0-5CE0-49E7-800F-33AF13849E75

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda.:	31/12/2022	31/12/2021
Participação	100,00%	100,00%
Ativos Totais	5.590	4.440
Passivos Totais	2.257	2.695
Receitas Totais	6.742	6.212
Despesas Totais	(4.780)	(4.467)
Lucro líquido do exercício	1.962	1.745
Dividendos propostos sobre o resultado do exercício de 2022	(1.962)	–
Capital Social	2.004	2.004
Patrimônio Líquido	3.333	3.333

12. Contas a pagar: As contas a pagar apresentam a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Prestadores de serviços (*)	2.785	2.683
Partes relacionadas - CESCE SERVIÇOS (nota 21)	216	182
Partes relacionadas - CIAC (nota 21)	526	2.310
Salários e benefícios de curto prazo aos empregados	741	914
IOF sobre prêmios de seguros	410	370
Impostos e contribuições retidos na fonte	141	134
Impostos e contribuições (IR, CSLL, PIS e Cofins)	124	155
Encargos Trabalhistas	746	705
Outras contas a pagar	533	266
Total	6.222	7.719
Circulante	**3.988**	**5.986**
Não circulante	**2.234**	**1.733**

(*) Constituída por provisões de honorários advocatícios, auditorias, ouvidoria etc..

13. Operações com Resseguradoras: Compreendem, substancialmente, os montantes de prêmios cedidos e ainda não liquidados nas datas de balanço. O quadro a seguir apresenta a composição dos saldos:

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
Evento	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Prêmios cedidos, líquidos das comissões	22.562	8.878	3.413	34.853	24.128	7.348	2	31.478
Sinistros - ressarcimentos	278	168	14	460	284	167	–	451
Total	**22.840**	**9.046**	**3.427**	**35.313**	**24.412**	**7.515**	**2**	**31.929**
Circulante				**29.130**				**24.764**
Não circulante				**6.183**				**7.165**

14. Depósitos de Terceiros: As contas do grupo de Depósitos de Terceiros apresentam a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
Aging List	Prêmios e emolumentos recebidos (*)	Outros Depósitos	Total	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros Depósitos	Total
Até 30 dias	49	22	71	13	4	17
De 31 a 60 dias	5	–	5	–	–	–
De 61 a 120 dias	49	–	49	–	5	5
De 121 a 180 dias	94	–	94	–	–	–
Total	**197**	**22**	**219**	**13**	**9**	**22**

(*) inclue parcelas recebidas de acordo com segurados que permanecem na conta até totalizar o valor total da parcela do prêmio.

15. Provisões técnicas

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Bruto de resseguro	Ativo de resseguro (*)	Valor líquido	Bruto de resseguro	Ativo de resseguro (*)	Valor líquido
Provisão de prêmios não ganhos	52.124	(31.656)	20.468	49.557	(29.652)	19.899
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	8.721	(3.803)	4.918	6.894	(2.995)	3.899
Sinistros a liquidar	13.602	(8.875)	4.727	5.569	(3.560)	2.009
Provisão de IBNR	3.978	(2.507)	1.471	4.037	(2.527)	1.510
Provisão despesas relacionadas	2.413	(1.977)	436	2.130	(1.781)	355
	80.838	**(48.818)**	**32.020**	**68.187**	**(40.515)**	**27.672**
Circulante	**58.194**	**(34.344)**		**48.262**	**(27.887)**	
Não circulante	**22.644**	**(14.474)**		**19.925**	**(12.628)**	

(*) vide nota 8

15.1. Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	Sinistros a liquidar	Provisão despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Total
Saldo em 31/12/2021	**49.557**	**6.894**	**5.569**	**2.130**	**4.037**	**68.187**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos/cancelados/restituídos	79.508	1.912	–	–	–	81.420
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(76.941)	(85)	–	–	–	(77.026)
(+) Sinistros avisados	–	–	30.106	568	–	30.674
(+/–) Ajuste de estimativa / atualização monetária	–	–	(10.126)	22	(59)	(10.163)
(–) Pagamento de sinistros	–	–	(11.947)	(307)	–	(12.254)
Saldo em 31/12/2022	**52.124**	**8.721**	**13.602**	**2.413**	**3.978**	**80.838**

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	Sinistros a liquidar	Provisão despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Total
Saldo em 31/12/2020	**46.247**	**6.878**	**6.800**	**1.701**	**4.995**	**66.621**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos/cancelados/restituídos	68.729	291	–	–	–	69.020
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(65.419)	(275)	–	–	–	(65.694)
(+) Sinistros avisados	–	–	27.551	512	–	28.063
(+/–) Ajuste de estimativa / atualização monetária	–	–	(14.830)	319	(958)	(15.469)
(–) Pagamento de sinistros	–	–	(13.952)	(402)	–	(14.354)
Saldo em 31/12/2021	**49.557**	**6.894**	**5.569**	**2.130**	**4.037**	**68.187**

15.2. Tabela de desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo demonstram a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme obtemos informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados.

a) Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - bruto de resseguro

Incorrido (+) IBNR	Anterior	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	Total
Até a data-base		24.003	20.776	17.593	19.328	17.352	22.229	
Um ano mais tarde		23.025	23.451	17.835	14.395	14.486	–	
Dois anos mais tarde		23.056	23.612	17.866	14.949	–	–	
Três anos mais tarde		23.061	23.744	17.373	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		23.069	23.787	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		23.101	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2022		23.101	23.787	17.373	14.949	14.486	22.229	
Pago acumulado		**dez/17**	**dez/18**	**dez/19**	**dez/20**	**dez/21**	**dez/22**	**Total**
Até a data-base		(11.309)	(8.277)	(9.099)	(8.462)	(8.087)	(5.480)	
Um ano mais tarde		(23.279)	(23.504)	(17.813)	(14.425)	(14.315)	–	
Dois anos mais tarde		(23.306)	(23.783)	(17.963)	(14.554)	–	–	
Três anos mais tarde		(23.316)	(23.883)	(18.019)	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		(23.323)	(23.892)	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		(23.356)	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2022		(23.356)	(23.892)	(18.019)	(14.554)	(14.315)	(5.480)	
Atualização monetária e juros		255	283	646	209	(154)	141	
Provisão em 31/12/2022	2.304	–	178	–	604	17	16.890	19.993
Sobra (Falta) acumulada		902	(3.011)	220	4.379	2.866		
Sobra (Falta) acumulada (%)		3,90%	-12,66%	1,27%	29,29%	19,78%		
Provisão total em 31/12/2022								19.993

b) Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - líquido de resseguro

Incorrido (+) IBNR	Anterior	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	Total
Até a data-base		7.189	7.287	6.390	7.131	6.436	7.836	
Um ano mais tarde		6.897	8.095	6.467	5.323	5.360	–	
Dois anos mais tarde		6.906	8.151	6.487	5.528	–	–	
Três anos mais tarde		6.908	8.193	6.342	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		6.918	8.214	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		6.918	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2022		6.918	8.214	6.342	5.528	5.360	7.836	
Pago acumulado		**dez/17**	**dez/18**	**dez/19**	**dez/20**	**dez/21**	**dez/22**	**Total**
Até a data-base		(3.393)	(2.647)	(3.327)	(3.130)	(2.992)	(2.028)	
Um ano mais tarde		(6.989)	(8.107)	(6.533)	(5.336)	(5.296)	–	
Dois anos mais tarde		(6.997)	(8.208)	(6.588)	(5.384)	–	–	
Três anos mais tarde		(7.000)	(8.240)	(6.608)	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		(7.008)	(8.250)	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		(7.010)	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2022		(7.010)	(8.250)	(6.608)	(5.384)	(5.296)	(2.028)	
Atualização monetária e juros		92	89	266	77	(57)	52	
Provisão em 31/12/2022	494	–	53	–	221	7	5.860	6.635
Sobra (Falta) acumulada		271	(927)	48	1.603	1.076		
Sobra (Falta) acumulada (%)		3,92%	-11,29%	0,76%	29,00%	20,07%		
Provisão total em 31/12/2022								6.635

15.3. Cobertura das provisões técnicas	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	80.838	68.187
Parcela ressegurada	(27.055)	(20.935)
Custo de aquisição diferidos	(3.844)	(3.338)
Direitos creditórios	(32.550)	(31.635)
Total a ser coberto	**17.389**	**12.279**
Bens oferecidos em cobertura		
Títulos públicos federais	41.148	31.236
(a) Suficiência - R$	**23.759**	**18.957**
Suficiência - %	**136,63%**	**154,39%**
Capital de risco (vide nota 18-c)		6.121
Capital Mínimo Requerido (vide nota 18-c)	8.100	
(b) 20% sobre Capital de risco (*)		1.224
(b) Zona de segurança - acima de 200% do CMR (vide nota 4.2)	16.200	
Liquidez (a) - (b)	**7.559**	**17.733**

(*) A Seguradora até 31 de dezembro de 2021 calculou o Capital de risco conforme Anexo V da Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução n° 432/2021 considerando o efeito redutor da correlação entre os riscos de crédito, operacional, subscrição e de mercado, bem como manteve o critério de liquidez em relação ao Capital de Risco.

16. Passivos contingentes: A Seguradora possui processos de sinistros em fase inicial de demanda judicial registrados na conta "Sinistros a liquidar judiciais" no montante de R$ 923 (2021 - R$ 213), líquidos de cosseguros. Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de negativa de pagamento de indenizações oriundos de itens não cobertos em apólice e/ou discordância em relação ao valor indenizado. Em 2021 a Seguradora constituiu provisão para processo judicial cível no valor de R$257 na rubrica "Outros Débitos", em razão da alteração da probabilidade de perda para "provável", ocasionada por Acórdão proferido em dezembro de 2021, que reverteu em parte a sentença de primeiro grau, que fora integralmente favorável à Seguradora. Em 2022 a Seguradora realizou acordo para pagamento desta ação, revertendo parcialmente a provisão.

a) Saldo dos passivos contingentes: Mediante as análises de cada processo, pelo nosso consultor jurídico responsável, a probabilidade de perda estava distribuída da seguinte forma: *I - Relacionadas a sinistros*

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
Classificação	Qtde.	Valor reclamado	Provisão	Qtde.	Valor reclamado	Provisão
Provável	3	923	923	1	213	213
Possível	–	–	–	6	20.383	–
Remota	25	52.749	–	21	29.413	–
Total	**28**	**53.672**	**923**	**28**	**50.009**	**213**

II - Não relacionadas a sinistros - Cíveis

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
Classificação	Qtde	Valor reclamado	Provisão	Qtde	Valor reclamado	Provisão
Provável	–	–	–	1	257	257
Possível	1	70.498	–	1	63.597	–
Remota	2	558	–	2	493	–
Total	**3**	**71.056**	**–**	**4**	**64.347**	**257**

A Seguradora é parte em discussões judiciais de natureza cível e em processos administrativos, avaliados pelos assessores jurídicos da Seguradora com probabilidades de perda possível e remota, motivo pelo qual não há provisão constituída. A discussão no processo em que a Seguradora é ré possui valor em risco, estimado pela Administração de aproximadamente R$ 70 milhões. Em dezembro de 2020 foi proferida sentença de primeira instância do processo cível em que o Autor pleiteia a condenação da Seguradora em danos emergentes, lucros cessantes e danos morais relativo a uma proposta de seguro garantia. A referida decisão foi de parcial procedência, absolvendo integralmente a Seguradora com relação aos lucros cessantes e danos morais e a condenando aos danos emergentes. Contudo, tendo em vista diversas incongruências observadas na aludida decisão pelo assessor jurídico da Seguradora e referendadas pela Administração, a Seguradora opôs Embargos de Declaração e, recorreu ao Tribunal de Justiça para a reversão do feito. Em razão da referida decisão, a probabilidade passou de perda remota para possível, de acordo com a estimativa do assessor jurídico da Seguradora responsável pela ação. Adicionalmente, obtivemos uma segunda opinião emitida por um escritório de advocacia igualmente renomado, que confirmou as chances de êxito da Seguradora como possíveis, motivo pelo qual confirmou-se o entendimento de não haver que se constituir provisão. Por fim, cabe ressaltar que os Controladores, no curso normal de suas operações, formalizaram compromissos no sentido de que, na hipótese de uma conclusão desfavorável das discussões judiciais em curso, darão suporte à manutenção de suas atividades. b) Movimentação dos passivos contingentes:

I - Relacionadas a sinistros	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 1º de janeiro	**213**	**180**
(–) Pagamentos efetuados	(226)	–
(+/–) Constituições/Ajuste de estimativa	881	33
(+/–) Atualização monetária/variação cambial	55	–
Saldo final em 31 de dezembro	**923**	**213**

II - Não relacionadas a sinistros	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 1º de janeiro	**257**	**–**
(–) Pagamentos efetuados	(230)	–
(+/–) Constituições/Ajuste de estimativa	–	257
(+/–) Atualização monetária/variação cambial	(27)	–
Saldo final em 31 de dezembro	**–**	**257**

17. Outros valores e bens e Passivo de arrendamento: A Seguradora passou a reconhecer em 31/12/2022 o passivo de arrendamento de seu contrato de aluguel do escritório, cuja duração é de 3 anos. Na rubrica Outros valores e bens estão registrados os valores dos Ativos de Direito de Uso deste contrato e no Passivo de Arrendamento estão registrados os valores dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontados dos juros que serão apropriados. A seguir estão demonstrados os vencimentos do Passivo de arrendamento e do juros a apropriar:

	Até 1 ano	1 a 2 anos	acima de 2 anos	31/12/2022	31/12/2021
Passivo de Arrendamento	502	529	180	1.211	–
Juros a Apropriar	(102)	(102)	(42)	(246)	–
Total	**400**	**427**	**138**	**965**	**–**
Circulante				**400**	
Não circulante				**565**	

Taxa média utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 10,16% a.a.. **18. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 80.236 em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, sendo representado por 206.083.590 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas:	31/12/2022	31/12/2021
Consórcio Internacional de Asseguradores de Crédito - CIAC	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%

b) Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Do resultado do exercício são deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não foram constituídas reservas legal e dividendos devido a Seguradora ainda apresentar prejuízos acumulados. c) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), adequação de capital e Capital Mínimo Requerido: Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 (alterada pela Resolução n° 432/2021), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1, b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. Os dados de 31 de dezembro de 2022 estão sendo apresentados conforme requerimentos da Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução CNSP nº 343/16.

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	27.566	22.088
Participações societárias	(3.333)	(3.548)
Obras de arte	(4)	(4)
(a) Patrimônio líquido após ajustes contábeis (subtotal)	**24.229**	**18.536**
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	–	–
(b) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**–**	**–**
PLA - nível I	24.229	18.536
PLA - nível II	–	–
PLA - nível III	–	–
(c) Subtotal PLA - nível	**24.229**	**18.536**
Limitador CMR - PLA nível I	24.229	18.536
Limitador CMR - PLA nível II	–	–
Limitador CMR - PLA nível III	–	–
(d) Subtotal PLA - limitador	**24.229**	**18.536**
(e) Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (d - c)	**–**	**–**
(f) PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. econômicos + ajustes do excesso de PLA de nível 2 e 3 (a + b + e)	**24.229**	**18.536**
Capital mínimo requerido (CMR)	**8.100**	**8.100**
Capital base	**8.100**	**8.100**
Capital adicional de subscrição	5.626	4.915
Capital adicional de crédito	1.203	818
Capital adicional de mercado	367	737
Benefício da correlação entre riscos	(773)	(857)
Capital adicional de risco operacional	544	508
Capital de risco	**6.966**	**6.121**
Suficiência/Insuficiência do PLA - (PLA-CMR)	**16.129**	**10.436**
Suficiência de capital PLA (Suficiência de Capital / CMR)	**199,12%**	**128,84%**
Índice de solvência (PLA / CMR)	**299,12%**	**228,84%**

19. Detalhamento das contas da demonstração do resultado: a) Informação por ramo: Os prêmios emitidos compreendem os prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os sinistros ocorridos compreendem os sinistros ocorridos líquidos de cessão de riscos a congêneres e provisão de IBNR. Os valores dos ramos de atuação da Seguradora estão assim compostos, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

					31/12/2022
Ramos	Prêmios emitidos	Variação provisões técnicas	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição
Crédito Interno	41.044	(1.192)	39.852	(11.518)	(4.457)
Crédito à Exportação	17.448	183	17.631	(6.466)	(2.078)
Garantia - Segurado Setor Público	21.142	(3.174)	17.968	(347)	(2.958)
Garantia - Segurado Setor Privado	1.787	(418)	1.369	616	(261)
Total	**81.421**	**(4.601)**	**76.820**	**(17.715)**	**(9.754)**

					31/12/2021
Ramos	Prêmios emitidos	Variação provisões técnicas	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição
Crédito Interno	36.053	(2.437)	33.616	(7.973)	(3.702)
Crédito à Exportação	13.922	1.613	15.535	(1.489)	(1.843)
Garantia - Segurado Setor Público	18.254	(3.886)	14.368	396	(2.308)
Garantia - Segurado Setor Privado	790	1.576	2.366	195	(503)
Total	**69.019**	**(3.134)**	**65.885**	**(8.871)**	**(8.356)**

b) Sinistralidade e comissionamento (*)

	31/12/2022		31/12/2021	
Ramos	Sinistralidade	Comissionamento	Sinistralidade	Comissionamento
Crédito Interno	28,9%	11,2%	23,7%	11,0%
Crédito à Exportação	36,7%	11,8%	9,6%	11,9%
Garantia - Segurado Setor Público	1,9%	16,5%	-2,8%	16,1%
Garantia - Segurado Setor Privado	-45,0%	19,1%	-8,2%	21,3%
Total	**23,1%**	**12,7%**	**13,5%**	**12,7%**

(*) Saldos apresentados brutos de resseguro.

c) Prêmios emitidos	31/12/2022	31/12/2022
Prêmios diretos	85.746	63.301
Prêmios cancelados	(6.335)	(1.197)
Prêmios restituídos	(4.463)	(2.838)
Cosseguro aceito de congêneres	4.561	9.462
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	1.912	291
Total	**81.421**	**69.019**

d) Variações das provisões técnicas	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de prêmios não ganho - seguros diretos	(3.454)	3.185
Provisão de prêmios não ganho - cosseguro aceito	680	(6.303)
Provisão de prêmios não ganho - RVNE	(1.827)	(16)
Total	**(4.601)**	**(3.134)**

e) Sinistros ocorridos	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros ocorridos	(20.032)	(12.584)
Despesas com sinistros	(312)	(449)
Ressarcimentos	2.769	3.415
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(140)	747
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	(828)	37
Total	**(17.715)**	**(8.871)**

f) Custos de aquisição	31/12/2022	31/12/2021
Comissão sobre prêmios emitidos	(10.338)	(8.631)
Variação de comissões diferidas	584	275
Total	**(9.754)**	**(8.356)**

g) Outras receitas e despesas operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com cobrança	(6)	(4)
Despesas com análise de riscos (*)	(3.176)	(2.822)
Outras receitas (despesas) com operações de seguros	26	(150)
Redução ao valor recuperável	(264)	11
Total	**(3.420)**	**(2.965)**

(*) Análises realizadas pela empresa CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda.

h) Resultado com resseguro	31/12/2022	31/12/2021
Receita com resseguro		
Indenizações de sinistros	12.923	7.799
Despesas com sinistros	287	440
Receitas com Participações em Lucros	1.954	1.167
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	99	(507)
	15.263	**8.899**
Despesa com resseguro		
Prêmios de resseguro	(61.164)	(51.278)
Custo de aquisição	18.964	16.209
Provisão de prêmios não ganhos	3.998	2.770
Variação de comissões diferidas	(1.092)	(947)
Ressarcimentos	(1.813)	(2.227)
	(41.107)	**(35.473)**
Total	**(25.844)**	**(26.574)**

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2023 | 22:20:37 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 98FB5AF0-5CE0-49E7-800F-33AF13849E75

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

i) Despesas administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal próprio	(9.184)	(8.880)
Despesas com serviços de terceiros	(4.532)	(5.834)
Despesas com localização e funcionamento	(1.687)	(1.798)
Despesas com publicidade e propaganda	(46)	(136)
Despesas com publicações	(35)	(128)
Despesas com donativos e contribuições	(3)	(3)
Outras despesas administrativas	(95)	(27)
Despesas Administrativas do Convênio DPVAT	(291)	–
Total	**(15.873)**	**(16.806)**

j) Despesas com tributos	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	(2.123)	(1.553)
PIS/PASEP	(366)	(265)
Taxa de fiscalização SUSEP	(477)	(446)
Contribuição sindical	(15)	(58)
Outros tributos	(198)	(228)
Total	**(3.179)**	**(2.550)**

k) Resultado financeiro Receitas Financeiras	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com títulos de renda fixa públicos	4.238	1.386
Receitas financeiras com operações de seguros	2.659	1.492
Outras receitas financeiras	1.426	824
	8.323	3.702
Despesas financeiras		
Despesas financeiras com seguros	(2.475)	(1.869)
Outras despesas financeiras	(1.312)	(602)
	(3.787)	**(2.471)**
Total	**4.536**	**1.231**

20. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	7.112	7.112	2.497	2.497
Equivalência patrimonial	(1.747)	(1.747)	(1.691)	(1.691)
Outras adições/exclusões	524	524	998	998
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	5.889	5.889	1.804	1.804
Compensação de Prej. Fiscal e Base Negativa	(1.767)	(1.767)	(541)	(541)
Base de cálculo	4.122	4.122	1.263	1.263
Alíquota 15%	(619)	(619)	(189)	(189)
Adicional 10% para IRPJ (Acima de 240 mil)/ 1% para CSLL de 08 a 12/2022 e 5% para CSLL de 07 a 12/2021	(388)	(8)	(103)	(17)
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais	(1.007)	(627)	(292)	(206)

A Seguradora em 31 de dezembro de 2022 possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, não registrados em seu balanço patrimonial, no valor de R$ 36.033 (R$ 37.800 em 2021) de prejuízos fiscais e de R$ 37.785 (R$ 39.552 em 2021) de bases negativas . A Seguradora até 31 de dezembro de 2022 não possuía estudo técnico elaborado demonstrando a probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros que permita o reconhecimento e realização dos mesmos, conforme estabelecido na Circular Susep nº 648/2021. **21. Partes relacionadas:** A Administração considera como partes relacionadas às operações com CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. - "Cesce Serviços", seus diretores e serviços compartilhados com a CIAC (Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito) em sua maior parte de pessoal e sistemas. A Seguradora compartilha com a sua controlada "Cesce Serviços" parte da estrutura operacional e administrativa, as despesas desse compartilhamento são originadas de acordo com critérios de rateio estabelecidos pela Administração. Adicionalmente a "Cesce Serviços" presta serviços de análise de crédito e monitoramento aos seus clientes. As principais transações envolvendo partes relacionadas na Seguradora estão descritas a seguir:

	31/12/2022 Ativo/ (Passivo)	31/12/2021 Ativo/ (Passivo)	31/12/2022 Receita/ (despesa)	31/12/2021 Receita/ (despesa)
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda.	(216)	(182)	(3.314)	(2.936)
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. - Dividendos a Receber	1.962	–	–	–
CIAC - Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito	(526)	(2.310)	(1.545)	(1.769)
Munich RE (*)	(7.087)	(10.797)	(11.260)	(16.939)
Total	**(5.867)**	**(13.289)**	**(16.119)**	**(21.644)**

(*) Acionista Indireta, possuidora de 15,04% da CIAC (controladora da Seguradora). As transações envolvem operações de resseguros (com base nos prêmios diretos, líquidos da cessão de resseguro e da recuperação das comissões de resseguro, movimentos de sinistros e ressarcimentos recebidos). i. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Conforme CPC 33 "Benefícios a empregados", os benefícios de curto prazo providos às pessoas-chaves da Administração foi de R$ 2.111 em 2022 (R$1.814 em 2021), que incluem proventos, encargos sociais, gratificações (PLR e bônus) e demais benefícios. A Seguradora não patrocina planos de previdência complementar e não possui remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **22. Política de participação nos resultados:** A Seguradora não possui uma política interna para o programa de participação nos lucros ou resultado de que trata a Lei nº 10.101/2000, e utiliza a regra conforme estabelecida na Convenção Coletiva de Trabalho específica sobre Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização em 2022, do Sindicato dos Securitários do Estado de São Paulo, cuja despesa é contabilizada na rubrica do resultado - Participações sobre o resultado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Fernando Antunes Alves - Presidente
Jaime de Miguel Muñoz - Vice-Presidente
Rafael Garcia Sanz - Conselheiro
Alejandro Cabrera Roldan - Conselheiro

DIRETORIA

Cristina Rocco Salazar - Diretora-Presidente
Mario Yokoo Eguti - Diretor

ATUÁRIO

Ricardo César Pessoa
MIBA 1076

CONTADOR

Mario Yokoo Eguti
CRC 1SP253570/O-3

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. -** São Paulo - SP. **Escopo da Auditoria Atuarial.** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ 02.668.801/0001-55

Rua Verbo Divino, nº 1.400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

1. Provisões técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	**31/12/2022**
Total de provisões técnicas	80.838
Total de ativos de resseguro	48.678
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	1.369
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2022**
Provisões técnicas auditadas (a)	80.838
Valores redutores auditados (b)	63.449
Total a ser coberto (a-b)	17.389
3. Demonstrativo do capital mínimo	**31/12/2022**
Capital base (a)	8.100
Capital de risco (CR) (b)	6.966
Exigência de capital (CMR) (máximo de a e b)	8.100
4. Demonstrativo da solvência	**31/12/2022**
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	24.229
Ajustes econômicos do PLA	–
Exigência de capital (CMR) (b)	8.100
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a -b)	16.129
Ativos garantidores (d)	41.148
Total a ser coberto (e)	17.389
Suficiência/(Insuficiência) dos ativos garantidores (f = d - e)	23.759
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2022**
0739, 0740, 0745, 0747, 0748, 0749, 0750, 0775, 0776, 0819, 0859, 0860	1.059

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras individuais. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras individuais: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras individuais com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras individuais são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras individuais. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras individuais como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras individuais como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras individuais como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora - CRC 1SP246031/O-8

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2023 | 22:20:54 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/